

NOTA TÉCNICA

ESTUDO CONCEITUAL SOBRE OS ESPAÇOS URBANOS SEGUROS

FÓRUM BRASILEIRO DE
SEGURANÇA PÚBLICA



Gestão e
disseminação
de dados na
**Política Nacional de
Segurança Pública**

Parceria

Secretaria Nacional de
Segurança Pública

Ministério da
Justiça

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAIS RICO E PAIS SEM POBREZA

 FÓRUM BRASILEIRO DE
SEGURANÇA PÚBLICA

ESTUDO CONCEITUAL SOBRE OS ESPAÇOS URBANOS SEGUROS

Ficha Institucional

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Ministro da Justiça

José Eduardo Cardozo

Secretária Executiva

Márcia Pelegrini

Secretária Nacional de Segurança Pública

Regina Maria Filomena de Luca Miki

Departamento de Políticas, Programas e Projetos

Cristina Gross Villanova

Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública

Isabel Seixas de Figueiredo

Departamento de Execução e Avaliação do Plano Nacional de Segurança Pública

Sidnei Borges Fidalgo

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Presidente do Conselho de Administração

Sérgio Roberto de Abreu

Conselho de Administração: Elizabeth Leeds – Presidente de Honra / Arthur Trindade / Eduardo Pazinato / Humberto Vianna / Jésus Trindade Barreto Jr. / José Luiz de Amorim Ratton / Luciene Albuquerque / Paula Poncioni / Renato Sérgio de Lima / Roberto Maurício Genofre / Washington França

Secretária Executiva: Samira Bueno

COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO TERMO DE PARCERIA

Cristina Neme (DEPAID/SENASP) / Cristina Gross Villanova (DEPRO/SENASP) / Renato Sérgio de Lima (FBSP) / Almir Oliveira Júnior (IPEA) / Samira Bueno (FBSP)

Coordenação Geral

Renato Sérgio de Lima

Redação

Carolina de Mattos Ricardo
Paloma Padilha de Siqueira
Cristina Redivo Marques

Expediente



Endereço: Rua Mário de Alencar, 103
05436-090 – Vila Madalena – São Paulo – SP

Telefone: (11) 3081-0925

E-mail: contato@forumseguranca.org.br

Edição de Arte: Urbania (11) 3828-3991

Sumário

1. Introdução	4
2. Teorias sobre espaços urbanos seguros.....	5
3. Experiências de espaços urbanos seguros em outros países.....	9
4. Espaços urbanos seguros no brasil.....	23
5. Considerações finais.....	30
6. Referências bibliográficas.....	34



1. Introdução

No mundo inteiro a preocupação com a segurança pública está cada vez maior. Cidades inteiras tornaram-se reféns da violência, sitiadas em guetos e com a população cada vez mais insegura e vítima dessa situação. Criam-se limites que não são apenas proeminentes visualmente, mas também contínuos na sua forma e sem permeabilidade à circulação, atuando mais como barreiras do que como elementos de ligação. Conseqüentemente, terminam separando as partes da cidade, dificultando a integração e a construção de um ambiente urbano conectado.

Esses fatores afetam direta e negativamente a relação das pessoas com os espaços públicos da cidade. As ruas, calçadas, largos, parques e praças são lugares onde ocorrem os contatos interpessoais e as manifestações coletivas. Quando a sensação de insegurança cresce, essa relação diminui, modificando a dinâmica do coletivo urbano. Cada vez mais a vida nas cidades está limitada a áreas confinadas como os condomínios fechados e demarcadas com muros e cercas afastando as pessoas dos espaços públicos e, conseqüentemente, da convivência coletiva. Esse isolamento segrega e impede que essa convivência seja estimulada e fortalecida.

A relação das cidades contemporâneas com a insegurança também é marcada por outras características que precisam ser destacadas¹. No caso do Brasil, por exemplo, considerando o perfil de suas grandes metrópoles, é possível afirmar que possuem um padrão de segregação espacial que as dividem entre centro X periferia, com territórios apartados dentro da mesma cidade, nos quais parte da população não tem acesso às políticas públicas e direitos básicos. A distribuição de crimes violentos letais também segue este padrão, se distribuindo de maneira desigual pelas cidades, se concentrando nos locais com maior vulnerabilidade social.

Outro aspecto importante é que, de fato, os espaços públicos abandonados pelos cidadãos tornam-se inseguros, o que gera mais afastamento por parte da população, num círculo vicioso. Além do abandono, há situações em que a forma pela qual espaços são ocupados gera mais medo e insegurança. Há casos em que essa ocupação se dá por meio da força, por parte de grupos que acabam se impondo pela força e, em alguns casos, até praticando atividades criminosas.

A diminuição da convivência também impacta no aumento do medo do diferente, uma vez que o isolamento contribui para a perda da capacidade de conhecer e compreender o diferente, já que os grupos sociais tendem a se tornar mais homogêneos. Essa perda de capacidade torna a experiência do encontro com o diferente, incomum e mais assustadora, acarretando maior intolerância e agressividade no contato.

Para contribuir com a discussão sobre segurança e insegurança nas cidades e em seus espaços públicos, o presente trabalho foi desenvolvido buscando apresentar um estudo conceitual sobre os Espaços Urbanos Seguros, suas teorias, experiências exitosas em outros países e a sua aplicação no Brasil.

¹ Para maior aprofundamento dessa discussão, ver: *Cidade e espaços públicos*. Cartilha Novas abordagens sobre prevenção da violência entre jovens. Instituto Sou da Paz, Fórum Brasileiro de Segurança Pública e Ministério da Justiça. São Paulo, 2010. Disponível em: http://www.soudapaz.org/Portals/0/Downloads/Cartilha03CIDADES_FINAL.pdf

Segundo a definição apresentada pelo Guia Espaços Urbanos Seguros, elaborado pelo Ministério da Justiça em 2011, “*espaços seguros são ambientes públicos, planejados, projetados e administrados de forma participativa com vistas a reduzir a incidência de delitos e da violência, aumentar a sensação de segurança das pessoas que o utilizam, bem como a sua permanência no local e a apropriação da comunidade para atividades de convivência, melhorando, assim, a qualidade de vida da população*”. Aprofundar o estudo sobre esse conceito, portanto, contribui para aumentar o conhecimento e o repertório de ações possíveis para diminuir o medo, a insegurança e a segregação tão prejudiciais às cidades contemporâneas.

O presente texto apresenta as principais teorias sobre espaços urbanos seguros, alguns exemplos de experiências internacionais sobre o tema e algumas experiências brasileiras de desenvolvimento de espaços urbanos seguros, sendo encerrado com algumas considerações finais que buscam extrair as lições aprendidas a partir das experiências apresentadas.

2. Teorias sobre espaços urbanos seguros

Há diferentes formas de conceber espaços urbanos seguros, marcadas por teorias que consideram o espaço público como fator de interferência na segurança da população. A relação entre o desenho do território e a maneira que as pessoas utilizam e usufruem desse espaço são determinantes quando se fala em segurança pública.

Nesse sentido, conhecer as principais correntes teóricas que reconhecem essa relação auxilia a compreensão sobre a relação entre espaço e segurança.

Desde os anos 50 a organização dos espaços públicos urbanos como forma de prevenção e redução da criminalidade se apresenta como foco de construções teóricas. Alguns autores como Jacobs (1961), Newman (1972), Jeffery (1971, 1977) e Crowe (1991) já apontavam o espaço urbano como um estimulador ou inibidor de oportunidades para a prática criminal. Nesse sentido, elaboraram conceitos a partir da ideia da influência do espaço físico na prática de crimes, considerando a imagem da cidade como símbolo social.

OS OLHOS POSTOS NA RUA

Em 1961, Jane Jacobs publica *The Death and Life of Great American Cities*, provavelmente a obra com maior influência sobre o ambiente urbano e sua relação com o crime. Jacobs trata, de um modo geral, da vitalidade urbana e ao analisar as características comuns dos entornos vivos e seguros, contrastando com outros inseguros e conflitivos, amplia os horizontes do planejamento urbano rumo ao entendimento das influências do desenho ambiental no comportamento social. Defende que quanto mais pessoas nas ruas circulando pelas



calçadas, menor o número de atos criminais, situação que denominou de *Eyes on the street* (olhos na rua). Segundo Jacobs (2000), as cidades devem ter uma diversidade de usos complexa e densa e seu esvaziamento não garante a segurança contra o crime e nem previne o temor ao crime. Para ela a existência de movimento de pessoas nas ruas, ainda que de desconhecidos, é positivo para proporcionar segurança.

As principais bases para o funcionamento equilibrado de um espaço urbano podem ser resumidas da seguinte forma: demarcação clara entre o espaço público e privado, já que essa delimitação auxilia na definição da responsabilidade individual sobre o privado e a coletiva, sobre o público, facilitando a ação dos cidadãos sobre os diferentes espaços; vigilância natural, que é a que se dá por parte de usuários, comerciantes ou daqueles que habitam na zona e exercem o controle social informal, é a idéia de “olhos na rua”, que permite a vigilância natural informal cotidiana que o contato de visão sobre a rua possibilita; e por último, calçadas e passeios que proporcionem uma utilização contínua, de forma a aumentar a vigilância natural informal e, conseqüentemente, a segurança.

DEFENSIBLE SPACE

Aprofundando essas idéias, em 1972, Oscar Newman publicou o livro *Defensible Space: Crime Prevention Through Environmental Design*, onde trata da importância da concepção e ordenamento do espaço físico, no que se refere à prevenção criminal, lançando o conceito de *Defensible Space* (*espaço defensável*).

Para o autor, um *Defensible Space* se caracteriza por um conjunto de estratégias capazes de reestruturar os espaços residenciais das cidades, tornando-os controlados pela comunidade que os partilha. Estas estratégias englobam barreiras simbólicas ou reais, áreas de influência fortemente definidas e o aumento das oportunidades de vigilância, tudo articulado para criar um espaço capaz de ser controlado pelos seus residentes (Newman, 1996). A chave para a criação de espaços defensáveis está justamente na capacidade de moradores controlarem o acesso de estranhos. Argumento que já foi alvo de críticas, por não incentivar o convívio e o respeito entre diferentes.

Newman abordou, ainda, a graduação tipológica do espaço: espaço público, semipúblico e privado. Rejeita a idéia de “fortaleza urbana” que obriga os residentes a refugiarem-se dentro das suas casas, impedindo o uso e o controle do espaço e, conseqüentemente, afastando por completo o sentimento de responsabilidade sobre a área em que habitam.

TEORIA SITUACIONAL DO CRIME

Em 1971, o Dr. C. Ray Jeffery cunhou a expressão CPTED - *Crime Prevention Through Environmental Design* (Prevenção do crime através do desenho ambiental), em seu livro *Criminal Behavior and the*

Physical Environment (O comportamento criminal e o ambiente físico). Nesse conceito existem dois elementos importantes para a prevenção criminal através da concepção do espaço, o lugar onde ocorre o crime e a pessoa que o comete.

O modelo se baseia na idéia de “que os atores criminosos executam as suas decisões com base num processo racional, ainda que muito incipiente, sendo que as suas percepções podem ser manipuladas no sentido de induzir, nos mesmos, um risco elevado relativamente ao cometimento de um determinado crime. Estas percepções, ao influenciarem o processo de tomada de decisão, poderão levar o potencial criminoso a optar por desistir da ação, se no decurso do seu processo decisório concluir que os potenciais riscos superam os eventuais lucros derivados da ação criminosa” (Fernandes, 2007:51).

Jeffery (1990), afirma que se pode impedir ou diminuir o crime alterando o organismo e/ou o ambiente externo.

Em 1999, Timmothy Crowe, aperfeiçoa o conceito do CPTED com a publicação, *Crime Prevention Through Environmental Design: Applications of Architectural Design and Space Management Concepts* (Prevenção do crime através do desenho ambiental: aplicação do desenho arquitetônico e dos conceitos de administração do espaço urbano), onde faz um detalhado estudo das aplicações dos conceitos do CPTED nos mais variados espaços urbanos. Incorporando por um lado a dimensão social, de forma a assegurar que o espaço se torne defensável pelos seus residentes, e por outro, a preocupação com a criação de atividades sociais positivas e diversificadas para encorajar os residentes a apropriarem-se do espaço e a retirar proveito da vigilância natural. (Cozens, 2008:437).

Segundo Heitor (2007), o “ambiente urbano pode influenciar o comportamento delituoso de dois modos: fisicamente, proporcionando as condições espaciais onde os indivíduos atuam, e socialmente, promovendo as relações sociais a que os indivíduos respondem”.

São quatro os princípios do CPTED: vigilância natural, territorialidade, controle social dos acessos e manutenção do espaço público.

- Vigilância natural: a disposição do espaço pode facilitar a possibilidade de ver e ser visto por outros. A boa visibilidade de um lugar aumenta a possibilidade de controle sobre este pelos seus residentes e utilizadores, e por sua vez diminui a possibilidade de ocorrência de crimes. Os mecanismos de vigilância natural passam pela colocação estratégica de janelas, portas e árvores, pela boa iluminação do espaço e pela promoção de atividades que levem à passagem e frequência de pessoas, maximizando a vigilância. Neste sentido, toda edificação particular ou pública, independente de seu tamanho ou localização na cidade, cumpre um importante papel para a segurança global do espaço público.
- Territorialidade: o sentimento de propriedade pode ser reforçado quando os residentes se identificam com os espaços e quando a configuração do espaço é compreensível para eles. Espaços abandonados



e sem dono são vulneráveis e propícios para o cometimento de delitos. O reforço territorial emprega elementos de design, tais como, calçadas, paisagens e varandas, que ajudam a distinguir as áreas públicas e privadas, buscando a participação da comunidade na formulação do desenho da intervenção. A definição do território estimula um sentimento de propriedade e pertencimento do espaço público. Isso contribui com a manutenção e a correta utilização dos espaços.

- Controle social dos acessos: pretende desencorajar o delinqüente criando possibilidades de risco de ele ser pego. Isto pode ser conseguido, por exemplo: canalizando a circulação para determinados locais através da utilização de passeios, portões, iluminação e árvores possibilitando um maior controle do espaço.
- Manutenção do espaço público: pode ser feita pelo poder público como também pela comunidade. Locais onde os sinais de abandono e decadência são visíveis são mais propícios ao crime.

Em 2004, Ian Coulquhoun (Coulquhoun:2004) lançou o livro *Design Out Crime: Creating Safe and Sustainable Communities* onde estabelece as bases do que chama de *Situational Crime Prevention/2nd. Generation CPTED* (Prevenção Situacional do Crime - 2ª geração da prevenção do crime através do desenho ambiental). Essa doutrina não é uma corrente dominante.

Na América Latina, os conceitos de Arquitetura Contra o Crime passaram a ser aplicados no Chile a partir de 1985, na Estação Central, da capital Santiago, onde ocorreram alterações no desenho urbano e os crimes sofreram reduções muito significativas.

Para Amaro (2006), “o próprio desenho e efetivo uso da arquitetura do ambiente pode conduzir a uma redução do medo do crime e da sua incidência, bem como a uma melhoria da qualidade de vida.”.

Nesse sentido, Timothy Crowe destaca algumas observações importantes para ajudar a tornar um espaço público mais seguro.

- Delimitar as fronteiras entre o espaço público e o privado.
- Determinar áreas de reuniões com vigilância natural.
- Colocar atividades seguras em locais inseguros e atividades inseguras em locais seguros.
- Estabelecer barreiras naturais ao conflito entre atividades.
- Superar a distância e o isolamento através da melhoria das comunicações e de um ordenamento eficiente (exemplo: telefones de emergência, percursos de pedestres).
- Melhorar a programação do espaço para estabelecer um controle efetivo e crítico da intensidade da utilização.
- Desenhar o espaço de forma a aumentar a percepção da vigilância natural.

É importante ressaltar que a teoria do CPTED na sua aplicação, deve respeitar as características físicas e sociais de cada localidade. É necessária uma análise contextual e local, do tipo de espaço, do tipo de pessoas que o utilizam e do tipo de crime que ocorre. Assim, o planejamento das intervenções será direcionado especificamente para o local estudado. Respeitando as individualidades de cada caso.

SINTAXE ESPACIAL

Por fim, outra linha teórica é a *sintaxe espacial* da Universidade Bartlett de Londres, de Bill Hillier (1996).

Bill Hillier afirma que a segurança urbana está diretamente ligada ao fluxo dos movimentos da cidade. Faz referência também ao processo de vigilância natural com as comunidades que eventualmente coabitam o espaço urbano e não simplesmente as que residem no local.

3. Experiências De Espaços Urbanos Seguros Em Outros Países

Foram levantadas algumas experiências internacionais relevantes relacionadas à concepção de espaços seguros. Algumas delas se centram mais na esfera do planejamento e outras em ações locais, e quase todas demonstram a preocupação pela integração dos setores de planejamento urbano, projeto arquitetônico e agentes de segurança pública.

As experiências descritas são as seguintes: Marcos normativos e guias de boas práticas – EUA; *Safer Cities* (Cidades mais seguras) – Canadá; *Secured by Design* (Seguro pelo design) – Reino Unido; Certificado de Casas Seguras – Holanda; Programa Comunas Seguras - Chile; Laboratório de Medellín – Colômbia; e Programa Comunitário de Segurança Cidadã – Espanha.

1. ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA: MARCOS NORMATIVOS E GUIAS DE BOAS PRÁTICAS²

Conceito

A experiência Americana tem como base os conceitos de Jacobs e Newman. Utilizou-se de trabalho integrado para propor soluções ao problema da segurança em espaços urbanos. A polícia, o governo, arquitetos, urbanistas e a comunidade juntaram-se num trabalho em equipe, unindo esforços, experiências e comprometimento. Aumentando, assim, as possibilidades de resultado positivo na resolução de problemas.

Resumo

Um exemplo destes esforços é o guia de boas práticas elaborado pelo Comitê CPTED da cidade de Vir-

² Descrição da experiência baseada no texto: “*General Guidelines for Designing Safer Communities*”, publicado em janeiro de 2000, pelo *City of Virginia Beach’s CPTED Comitee*, Virginia, EUA.



ginia (*City of Virginia Beach's CPTED Committee*), que teve como objetivo sensibilizar moradores, arquitetos e planejadores urbanos, bem como descrever alternativas de desenho com capacidade de reduzir crimes de oportunidade e melhorar a segurança subjetiva. Teve como foco também informar sobre os processos e parcerias entre diferentes agentes públicos e privados e identificar os passos a seguir na implementação efetiva das mudanças necessárias segundo os conceitos do CPTED, ajudando a esclarecer como estes agentes poderiam trabalhar juntos durante a revisão dos projetos.

O manual é dividido em :

- Conceitos principais
- Estratégias e metodologia
- Recomendações para edifícios residenciais, educacionais, comerciais, paisagismos e iluminação
- Regulamentos, leis e políticas de apoio ao CPTED

Principais estratégias

Para entender melhor a estruturação dos conceitos de segurança urbana sustentável nos Estados Unidos é importante conhecer o papel dos principais agentes. São eles:

Corpos policiais: nos EUA o papel da polícia não só é levado em conta em todas as ações e proposições, como também é especialmente pró-ativo. Em muitos estados norte americanos é a própria polícia que se especializa nos critérios do CPTED e disponibiliza agentes para informar diretamente aos cidadãos. Atendendo, em alguns casos, chamados em domicílio para efetuar avaliações e auxiliar com medidas preventivas.

Municipalidades e Comitês Cidadãos: existem atualmente nos EUA diversos comitês de prevenção do crime pelo desenho ambiental (CPTED), que geralmente são formados por parcerias entre os cidadãos, iniciativa privada, e setor público, especialmente municipais. Estes comitês desenvolvem manuais de boas práticas nas diferentes cidades e localidades, e são importantes ferramentas para o planejamento da edificação e das políticas de segurança local.

É na articulação entre estes agentes que se centra o desenvolvimento e implementação da cultura do CPTED local.

Resultados

O principal resultado é a inclusão dos conceitos de CPTED mencionados inicialmente nas leis e nos planos urbanísticos, na concepção e manutenção do espaço, no desenvolvimento de processos de revisão do ordenamento local, na renovação urbana, e no embelezamento da cidade através da revitalização dos espaços públicos.

2. CANADÁ – SAFER CITIES³

Conceito

A cidade de Toronto comanda uma série de políticas de segurança que fazem parte do programa *Safer Cities* que promove mecanismos e instâncias de cooperação entre os entes envolvidos no combate a violência e ao crime, como o Governo Central, o Governo Local, a Polícia e a comunidade no planejamento dos projetos direcionados à suprir as necessidades locais com intervenções em ruas, bairros, parques, transportes, e no comércio/indústria.

O Governo do Canadá desde 1996 é um importante sócio colaborador do programa *Safer Cities* UN-HABITAT. Esta colaboração têm sido fundamental para a promoção da prevenção da criminalidade urbana internacional, incluindo as Diretrizes das Nações Unidas para a Prevenção do Crime, que reconhece o papel da ONU-HABITAT nesta matéria. De um modo geral, as experiências canadenses na prevenção da criminalidade urbana são extremamente relevantes para a abordagem promovida pelo UN-HABITAT e há um conjunto de competências e conhecimentos do tema, o que beneficia enormemente às cidades e outros atores interessados na difusão de estratégias de prevenção do crime.

A iniciativa privada também é um ator importante nas ações de prevenção da violência, e existem inúmeros exemplos que seguiram a tendência adotada pelas autoridades municipais, dentro do conceito de segurança sustentável⁴, como a implantada no início dos anos 1990 no centro comercial *Dufferin Mall*, em Toronto.

Principais estratégias

O *Dufferin Mall* representava a principal oferta de comércio local do bairro e passava por problemas graves de criminalidade, como roubo violento ou comportamento ameaçador por parte de gangues juvenis, que freqüentavam o local como ponto de encontro. Os usuários, principalmente as mulheres, passaram a evitar o local por considerá-lo inseguro. A administração do Shopping por sua vez, ao invés de solucionar o problema com medidas mais duras de restrição aos freqüentadores, resolveu fazer um esforço consciente de envolver-se social e comercialmente com os usuários e a comunidade de seu entorno. Sua filosofia, no momento destas mudanças, foi “quanto melhor a qualidade de vida no bairro, melhor será o ambiente do negócio - empresas que retribuem às comunidades que as sustenta”.

Resultados

O resultado prático deste compromisso foi uma enorme gama de atividades integradoras centradas no

3 Descrição da experiência baseada nos textos: “Briefing on Canadá Safer Cities” disponível em www.unhabitat.org, consultado em 15 de dezembro de 2012 ; Informe impresso “UN-HABITAT por ciudades más seguras 1996-2007”; Relato de Henry Shaftoe no Congresso de *Seguridad Ciudadana*, publicado em: “*Proceedings of the International Congress on Public Safety in a Diverse Society October, 19th-22nd, 2011*”, IE University, novembro de 2011, Madri, Espanha.

4 No presente texto, o conceito de “segurança sustentável” se refere a uma mudança de paradigma que incorpora a dimensão da segurança e sua vinculação com os direitos humanos e o desenvolvimento sustentável.



Shopping, entre elas um jornal comunitário, programa de trabalho para jovens, áreas de jogos, programas educacionais e de combate à evasão escolar, além da cessão de espaços de lojas para a instalação de sedes de conselhos locais e prestação de serviço social. O Shopping conseguiu, assim, uma redução de 38% na incidência de crimes e condutas antissociais nos 5 anos que se seguiram à implementação das ações (Wekerle, 1999), e passou a ser muito bem visto pela comunidade local. Uma abordagem que se mostrou capaz de equilibrar o bom senso comercial e a inclusão social.

3. REINO UNIDO – SECURED BY DESIGN⁵

Conceito

Em 1989, a polícia Britânica desenvolveu um projeto chamado *Secured by Design (SBD)*, que formou especialistas dentro das polícias, conhecidos como *Architectural Liaison Officers*, cujo foco era reconhecer a relação entre o espaço físico e o comportamento criminal.

Resumo

O *Secured by Design* é uma certificação para normatizar a planificação residencial, assegurando um espaço com qualidade e segurança. O processo consiste em identificar e modificar os elementos considerados passíveis de influenciar ao potencial agressor na decisão de cometer um crime, combinando critérios situacionais e arquitetônicos, a fim de que se possa evitar o cometimento de crimes e mitigar a percepção do medo.

Principais estratégias

A entidade responsável pela realização deste processo e pela posterior certificação é a Polícia.

São objeto de certificação todas as novas construções ou reconstruções de espaços, estacionamentos, estações de trem, zonas habitacionais, áreas de lazer, os bairros e os edifícios em geral. A certificação é feita com base na observação relacionada com os acessos públicos, a vigilância natural e o desenho das vias públicas.

Resultados

Após a apresentação do projeto *Secure by Design (SBD)* em 1989, na Conferência de Mandos Policiais sobre Prevenção da Delinquência na Região Sudeste do Reino Unido (SER-SCPOC), houve uma adesão massiva por parte da maioria das polícias Britânicas.

5

Descrição da experiência baseada na informação disponível no site: www.securedbydesign.com

Desafios⁶

Atualmente no Reino Unido existe um debate ativo sobre a promoção de espaços exclusivos ou inclusivos como estratégia de segurança urbana. De um lado estão os que pregam “projetar o crime” (*design out crime*), buscando o encerramento e a limitação do uso dos espaços e tentando conciliar estratégias inclusivas e exclusivas para a segurança urbana, e de outro os Novos Urbanistas, os moradores urbanos e defensores da cidade 24 horas, que pregam o “expulsar o crime” (*crowd out crime*) por meio do uso misto e maximização das atividades em áreas públicas (Shaftoe, 2008), advogando firmemente em favor do desenho urbano inclusivo como um meio alcançar espaços públicos mais seguros.

No âmbito deste intenso debate, em que não há consenso, estão sendo elaboradas diversas suposições sobre o grau de influência que diferentes estilos de desenvolvimento urbano podem ter sobre o crime e condutas anti-sociais.

4. HOLANDA – CERTIFICADO CASAS SEGURAS⁷

Conceito

Como parte de uma política de Prevenção ao Delito através do Desenho Ambiental (CPTED) amplamente difundida no país, a policia holandesa, se baseou na iniciativa inovadora do SBD do Reino Unido para a prevenção do delito, e desenvolveu nos mesmos moldes o “Certificado de Casas Seguras”. O certificado holandês está centrado principalmente na planificação urbana e do entorno e possibilita maior flexibilidade em relação aos problemas e soluções específicos para cada lugar.

Resumo

O certificado de casas seguras foi inicialmente pensado para novas construções e posteriormente se desenvolveu uma versão adaptada à realidade da edificação e entorno urbano existentes. Suas diretrizes foram redigidas de forma que pudessem atender igualmente a arquitetos, urbanistas, e agentes policiais. Como no caso britânico, cada corpo policial holandês passou a formar especialistas policiais conhecidos como “Agentes de Ligação Arquitetônica” (*Architectural Liaison Officers*), essenciais no processo de certificação, estes agentes em conjunto com os projetistas e clientes analisam cada projeto a fim de diagnosticar e apontar diretrizes de prevenção de delitos e melhora da percepção de segurança.

6 Relato de Henry Shaftoe no Congresso de *Seguridad Ciudadana*, publicado em: “*Proceedings of the International Congress on Public Safety in a Diverse Society October, 19th-22nd, 2011*”, IE University, novembro de 2011, Madri, Espanha.

7 Korthals Altes, H. J. e Woldendorp, T. *Manual Secured by Design*. Rotterdam. Experiências em Habitação. Holanda, 1994



Principais estratégias

O manual para a certificação de casas seguras estipula 55 padrões de verificação em grande e pequena escala (urbana e arquitetônica).

Na escala urbana se analisa:

- Planejamento e desenho (tamanho, do distrito, densidade, altura e escala da edificação, acessos ao transporte público, de veículos, pedestres e bicicletas)
- Espaços públicos (iluminação, estacionamentos ao ar livre, garagens parquinhos, túneis, paradas de transporte público, vielas, manutenção, controle da vizinhança e participação)
- Distribuição espacial (pátios e jardins traseiros, caminhos secundários, etc.)
- Tipologia dos edifícios (isolados, geminados, semi-geminados, cercados, etc.)
- Desenho dos edifícios (orientação das salas de estar, telhados baixos, entrada principal, etc.)

Na escala da edificação se analisam:

- Orientação dos cômodos
- Altura
- Tipo de telhado
- Controle de acessos
- Visibilidade e resistência de portas e janelas (para este último critério foram incorporadas novas normas no código de obras local, a fim de garantir que os fechamentos sejam resistentes às intempéries e arrombamento)

Resultados

- Conhecimento dos problemas do entorno;
- Acordos sobre prioridades e possíveis soluções;
- Comprometimento com as soluções apontadas por parte de diferentes atores;
- Diminuição de 98% do roubo residencial em imóveis de novos bairros e 80% em bairros existentes;
- Descontos de 10 a 30% oferecidos pelas companhias de seguro residencial.

Desafios

Atualmente o maior desafio holandês consiste em incorporar este instrumento de forma regular nas normas de construção civil sem perder a flexibilidade para a proposição de soluções conjuntas entre planejadores, polícia e cidadãos.

5. CHILE – PROGRAMA COMUNA SEGURA⁸

Conceito

A delinquência no Chile cresceu de forma constante a partir dos anos 80 e as comunidades locais, de um modo geral, entendiam o problema como competência exclusiva do governo, demandando medidas de controle tradicionais.

No entanto, Amaro (2006) relata que a partir do ano de 1985, conceitos de Arquitetura Contra o Crime passaram a ser aplicados no Chile, principalmente em sua capital Santiago. Na Estação Central, por exemplo, reduziu-se o índice de delitos de 450/mês para apenas 87/mês, graças a alterações no desenho urbano do local, seguindo-se princípios de Arquitetura Contra o Crime.

Mas foi somente a partir de 2001, no âmbito do *Programa Comuna Segura*, que o governo central chileno, começou a adotar a metodologia CPTED como estratégia piloto em diferentes comunidades da cidade de Santiago.

Este programa foi criado pelo Ministério do Interior, visando a prevenção da violência e diminuição da insegurança. Seu maior desafio foi trabalhar a segurança à partir dos territórios locais e através da participação direta dos atores comunitários.

O programa abrangia uma extensa problemática relacionada à segurança, desde questões estruturais, como a desigualdade sócio-territorial ou o tráfico de entorpecentes, até a qualidade dos espaços públicos locais para a melhora da qualidade de vida da população.

Em 2004, o Governo do Chile, através do Ministério do Interior, *Instituto de la Vivienda y Urbanismo* e *Fundación Paz Ciudadana*, elaborou para potencializar os resultados das intervenções em espaços públicos, o Manual Espaços Urbanos Seguros, baseado nos critérios do CPTED.

O Manual de Espaços Urbanos Seguros tem como objetivo específico recomendações de desenho e gestão comunitária, e está dividido em 3 partes: conceitos gerais, recomendações de desenho e participação comunitária, finalizando com uma valiosa compilação de experiências práticas realizadas no âmbito do programa, entre as quais a da cidade de Puente Alto, realizada em conjunto entre a *Fundación Paz Ciudadana*, Cidade de Toronto, Canadá e o governo municipal local.

Resumo

A experiência de Puente Alto se destaca por haver sido pioneira em aplicar as metodologias de desenho seguro e o desenho participativo das áreas verdes pela comunidade.

8 Descrição da experiência baseada nos textos: “Programa Comuna Segura, Chile”, publicado em julho de 2004, pela revista digital “Habitat” da *Universidad Politécnica de Madrid*, Espanha. Disponível no site: <http://habitat.aq.upm.es/dubai/04/bp2609.html>, acessado em 10 de dezembro de 2012; e artigo “Programas de seguridad dirigidos a barrios en la experiencia chilena reciente” de Hugo Frühling, e Roberto Gallardo Terán, publicado no número especial “Violencia en barrios en América Latina” da revista INVI, nº 74, em maio de 2012, “*Instituto de la Vivienda de la Facultad de Arquitectura y Urbanismo de la Universidad de Chile*”; “Manual de Espacios Urbanos Seguros” de Macarena Rau e Robert Stephens, publicado em 2004, Governo do Chile e *Fundación Paz Ciudadana, Santiago, Chile*; e “Informe sobre temor, espacio publico y participación ciudadana en Puente Alto”, em julho de 2002, pela *Fundación Paz Ciudadana, Santiago, Chile*.



Consistiu em montar uma equipe gestora do projeto, identificar áreas mais vulneráveis e o perfil da delinquência com foco no espaço público. Uma vez detectados os problemas, foram elaboradas propostas para a modificação dos elementos apontados como geradores de insegurança.

Foram atendidas pelo programa 3 áreas da cidade com diferentes perfis e graves problemas de criminalidade, como as Villas El Volcan, Caleuche e Chiloé, residenciais de baixa renda, o centro da cidade, com trama urbana já consolidada, e a região de Las Granjas Antiguas, por possuir alto potencial de transformação e a maior praça de toda a cidade.

Se descreverá a seguir a experiência em Villa El Caleuche, situada numa região predominantemente residencial, do quadrante sul da cidade.

Principais estratégias

O primeiro passo do trabalho foi constituir uma equipe gestora, o que se conseguiu após uma conferência sobre prevenção do crime através do desenho ambiental (CPTED), onde os interessados puderam se candidatar. A eles se uniram os responsáveis da municipalidade, e representantes dos locais de intervenção. O prefeito esteve presente em quase todas as reuniões.

Uma vez formada a equipe, foram convocados os vizinhos por meio de panfletos, cartazes e caminhadas. Com a comunidade incluída, se iniciou o diagnóstico, elaborado principalmente por meio de estatísticas, de consultas aos moradores e usuários, mapeamento dos pontos de insegurança apontados, caminhadas exploratórias pelo entorno e fichas de avaliação baseadas em guias de desenho seguro.

Através do diagnóstico, foi eleito como um dos locais prioritários para intervenção a Villa El Caleuche, um conjunto de habitação social caracterizado por um pátio central de uso indefinido e mal iluminado, com acesso direto para as unidades habitacionais. Esta situação gerava problemas de venda de drogas e acúmulo de lixo, e era evitado pela população.

Os moradores foram então convidados a participar de oficinas de desenho para o planejamento de alternativas para a recuperação do espaço. Nestas oficinas participaram pessoas de todas as idades, e os organizadores do grupo se encarregavam de facilitar o diálogo e debate sobre os motivos por trás dos elementos desenhados, buscando que as pessoas liberassem a criatividade ao invés de propor as soluções mais conhecidas.

Após este processo foi organizada uma festa comunitária no local, projetando sobre os edifícios imagens elaboradas pelos participantes das oficinas de desenho, e em seguida do projeto final. As pessoas puderam reagir de forma espontânea rechaçando ou defendendo aquelas propostas que melhor lhes representavam.

A execução foi realizada pelo governo municipal e a população participou somente no plantio das árvores.

Resultados

- O uso do espaço mudou de forma imediata à finalização das obras, e passou a ser habitado em diferentes horas do dia e noite.

- Através de acompanhamentos posteriores se observou que a própria população se encarregou da irrigação das árvores.

Desafios

- Necessidade não suprida de atendimento às necessidades básicas de equipamentos de infra-estrutura urbana em comunidades carentes.
- Necessidades de suporte para a manutenção da organização comunitária.

6. COLÔMBIA – LABORATÓRIO DE MEDELLÍN⁹

Conceito

A Constituição da Colômbia de 1991 determina que os municípios tenham a obrigação de garantir a vida, os bens e a honra dos cidadãos e de preservar a ordem pública em suas jurisdições, contando com os instrumentos legais necessários. Porém, na prática não era o que acontecia. Os municípios não assumiam as suas responsabilidades, transferindo a condução dos problemas relativos à ordem pública e à segurança dos cidadãos aos órgãos nacionais de segurança pública e da justiça.

Porém, a partir de 1995, elaborou-se um plano de segurança e convivência cidadã com projetos, programas e recursos orientados a fortalecer as ações da Polícia Nacional e das autoridades de justiça. Em 1997, foi criada a Subsecretaria de Convivência e Segurança Cidadã vinculada a Secretaria de Governo.

Em decorrência da implantação do programa de Política de Convivência e Segurança Cidadã as taxas de homicídios no país, diminuíram sensivelmente. O programa além de tratar das ações policiais e de justiça, tinha por orientação fomentar a cultura popular e mediar conflitos beneficiando a convivência da população.

Em menos de cinquenta anos Bogotá passou dos seus 500 mil habitantes para mais de sete milhões impactando no aumento da violência. Entre os anos oitenta e noventa a taxa de homicídios era de 80 para cada 100 mil habitantes e baixou para 22,7 por 100 mil habitantes no ano de 2005 com a criação do programa de Política de Convivência e Segurança Cidadã.

Também nos anos oitenta e boa parte dos noventa, Medellín foi considerada a cidade mais violenta da América do Sul, chegando à taxa de 381 homicídios para cada cem mil habitantes. Atualmente com 2,3 milhões de habitantes esses índices baixaram para 47 homicídios para cada 100 mil habitantes, devido às ações na área de inovação urbana e gestão pública.

Medellín teve como ponto chave para sua transformação a definição do chamado “Modelo Medellín”, constituído por 5 princípios fundamentais:

⁹ Descrição da experiência baseada no texto: “Laboratorio de Medellín, informe de 10 practicas vivas”, publicado em 2011, pela Alcaldía de Medellín e UN-HABITAT, Medellín Colômbia.



1. Cifras (medições sistemáticas e precisas da qualidade de vida na cidade – IDH, Índice de desenvolvimento humano e EVC pesquisas de qualidade de vida);
2. Gestão pública (norteadas pela transparência);
3. Integralidade (cada programa, projeto ou plano está pensado para cobrir uma ou várias dimensões do desenvolvimento humano. Soluções que buscam respostas integrais a problemas multidimensionais. Conceito de Urbanismo Social);
4. Participação (a comunidade como elemento fundamental da orientação do desenvolvimento).

O conceito de Urbanismo Social destacado no item 3 entende a arquitetura e o urbanismo tradicionais como ferramenta de inclusão social, uma estratégia estética e simbólica de uma transformação física, que confere à cidade cenários dignos que dinamizam a transformação social. (Publicação Laboratório de Medellín 2011)

Dentro destes conceitos se criou o Laboratório de Medellín que surgiu com o fim de promover a sistematização e capacitação de políticas, programas e processos de transformação urbana.

Resumo

O Laboratório coordena atividades com atores públicos e privados, locais, nacionais e internacionais com temas específicos para a transformação urbana, fazendo de Medellín uma oficina de aprendizagem em gestão pública municipal. Atua principalmente na pesquisa, formulação e redação dos 10 trabalhos levados a cabo para a sistematização da experiência. A agenda do trabalho se divide em 2 linhas de ação:

1. *“Paz e Reconciliação: regresso à legalidade”* (Programas de reinserção de ex-combatentes de guerrilhas e autodefesa)
2. *“Medellín mais segura: juntos podemos”* (mudanças de enfoque e aprendizado da cidade nesta matéria, situação atual e apostas para dar respostas aos desafios que ainda persistem. Se aprofunda no conceito de territorialidade, comum nas práticas de segurança e Urbanismo Social)

Dentro da segunda linha temática se desenvolvem as ações relacionadas ao espaço seguro, através do compromisso com medidas para a diminuição da violência e criminalidade sob conceitos de corresponsabilidade, produção e coprodução de espaços públicos. Para isso foram formulados dentro desta linha de ação dois temas fundamentais para tal reorientação:

- Planos de ação integrais: incluem intervenções integrais no território para gerar sinergias, envolvendo órgãos de vigilância e segurança;
- Identificação, ponderação e categorização dos problemas que afetam a segurança e a convivência em cada distrito e bairro da cidade a fim de gerar respostas precisas de acordo com a natureza e intensidade dos problemas.

Estas temáticas por sua vez derivaram numa série de ações centradas em vários âmbitos, como a mobilização social, o investimento em oportunidades sociais, a modernização da justiça e dos organismos de segurança, e finalmente a *territorialização* da segurança em função da magnitude das situações, ordenação

territorial, tecido social e condições econômicas da população. Deste propósito surgem as estratégias de intervenção Comunidades Seguras, Zonas Seguras, Zonas Sensíveis e Pontos Críticos.

Principais estratégias

“Medellín mais segura: juntos podemos” tem como importante suporte os Projetos Urbanos Integrais (PUI) para a eficácia da *territorialização* de suas políticas. Os PUI articulam grandes espaços urbanos através de eixos de mobilidade, e assim contribuem para a abertura dos espaços físicos e à acessibilidade equitativa aos serviços urbanos, além de gerar na cidadania sentimentos de segurança e confiança pela amabilidade dos entornos. Faz parte do programa a instalação de Parques Bibliotecas, *Metrocables* (teleféricos) e colégios. A estratégia desta linha temática dialoga com os PUI especialmente no desenvolvimento de Centros de Atenção Imediata Periféricos (CAI). Foram também incluídos nos PUI aspectos de combate à insegurança e violência. As transformações urbanas buscam, neste sentido, transformar os entornos que geram medo em locais mais seguros, a polícia faz parte deste projeto, compondo centros que disponibilizam para a comunidade informações sobre os trabalhos.

Resultados

Embora ainda seja cedo para avaliar resultados num trabalho desta magnitude, algumas observações importantes foram registradas:

- Fortalecimento das instituições e processos sociais;
- Afloração e criação de lideranças, redes e organizações fortalecedoras do tecido social;
- Saneamento de organizações comunitárias cooptadas pelo crime;
- Reconhecimento dos programas de juventude, especialmente o *Fuerza Joven*, premiado pelo BID por Boas Práticas e Prevenção de Delitos na América Latina e Caribe.

Hoje, a cidade está atraindo um grande número de gestores públicos, especialistas em urbanismo e em desenvolvimento sustentável, que chegam em busca de práticas inovadoras, lições aprendidas e de modelos exitosos nos mais variados temas como a educação, a arte, a cultura, a renovação urbana, o transporte público, a segurança pública, a participação cidadã, a gestão por resultados e a transparência na gestão pública.

Essas ações proporcionam uma cidade mais solidária, competitiva e igualitária gerando aumento nos índices da qualidade de vida e no desenvolvimento humano.

Desafios

Entre os muitos desafios do grandioso programa iniciado em Medellín se destaca, principalmente por se tratar de um projeto em longo prazo, a dependência da vontade política dos próximos governos para a continuidade do trabalho.

Outro desafio fundamental para a sustentabilidade deste e de outros projetos do programa é o empoderamento da cidadania e a apropriação da política por todos os cidadãos.



7. ESPANHA – PROGRAMA COMUNITÁRIO DE SEGURANÇA CIDADÃ¹⁰

Conceito

No âmbito do Programa Europeu de Segurança e Diversidade, foi desenvolvido em Madri o Programa Comunitário de Segurança Cidadã, que nasceu como resposta às novas necessidades das cidades globais, onde os métodos de segurança tradicionais predominantes se mostraram limitados para responder aos novos desafios sociais, e teve como principal foco a incorporação do fator diversidade cultural na gestão comunitária da segurança.

Os três principais eixos estratégicos deste programa foram:

1. a pesquisa de métodos de segurança inovadores e capazes de produzir melhoras no sistema de prevenção e promoção da segurança cidadã;
2. o desenvolvimento de uma metodologia de trabalho com enfoque multidisciplinar, contando com a participação de diferentes atores, especialistas nacionais e internacionais, profissionais de entidades locais atuantes e os cidadãos em geral;
3. programa de formação profissional em segurança cidadã e difusão da metodologia desenvolvida.

Foi implantado um projeto piloto no distrito centro de Madri, mais especificamente no bairro de *Embajadores*, onde foram formadas as redes de colaboração e participação para a implementação do Sistema Integrado de Segurança Comunitária (SISC), composto por uma mesa de especialistas, outra de profissionais locais, e um fórum de participação comunitária.

Na fase de pesquisa e diagnóstico feita através destes grupos e outras fontes de dados oficiais, foram geradas algumas linhas propositivas para alavancar transformações físicas sobre o território, afim de favorecer as condições de segurança local. Entre estas ações foi proposta a formação de uma equipe especial de Urbanismo Comunitário, que teve como principal labor a elaboração de um diagnóstico urbanístico, confrontando a problemática apontada nos diagnósticos sociais com as características ambientais e espaciais de cada praça do bairro. Neste sentido foi analisado o contexto urbano em diversas escalas, culminando no estudo detalhado de fluxos de pessoas, uso de mobiliário e equipamentos em 3 praças definidas previamente nos citados diagnósticos sociais (*Agustín Lara, Ministrile e La Corrala*). O resultado deste diagnóstico foi determinante para a entender a real necessidade de remodelação das praças.

Resumo

O estudo completo levado à cabo pela Equipe de Urbanismo Comunitário, advogou pela necessidade da inclusão das questões de segurança cidadã no desafio de planejar a cidade sustentável, potencializando a relação entre os usuários do espaço público e os diversos profissionais implicados em seu desenho, gestão e manutenção.

¹⁰ Descrição da experiência baseada nos textos: “Informe sobre factores de convivencia en las Plazas de Agustín Lara, Ministriles y La Corrala”, Alonso, R. Siqueira, P. e Tanese M., outubro de 2010, Madri, Espanha; “Proceedings of the International Congress on Public Safety in a Diverse Society October, 19th-22nd, 2011”, IE University, novembro de 2011, Madri, Espanha.

O trabalho executado teve a duração de 1 ano, entre 2010 e 2011, e foi dividido entre as seguintes partes:

- Análise na escala urbana: foi feito um diagnóstico bioclimático da cidade de Madri, análise da estrutura urbana no distrito centro, e do bairro de Embajadores neste contexto. Se levou em consideração principalmente a existência, quantidade, qualidade e inter-relação entre os espaços públicos e verdes. Esta análise foi contrastada com o material levantado pelas demais equipes multidisciplinares nas mesmas escalas: dados de população (idade, escolaridade, origem, renda), comércio, serviços, equipamentos públicos, transporte, mapas de criminalidade, pesquisas sobre qualidade do espaço público no bairro, percepção da segurança e vitimização.
- Análise na escala local: uma vez definidas as praças à estudar, com base nos resultados dos grupos de participação, foi feito um estudo bioclimático destes espaços e um trabalho de campo para a análise dos elementos físicos de cada praça e dos fluxos e estância de usuários nas mesmas.
- Pautas para a melhora do desenho: o resultado do diagnóstico urbanístico e arquitetônico gerou sugestões de “linhas de melhora” para serem discutidas e desenvolvidas em conjunto com os grupos de participação.

O objetivo geral deste trabalho foi apontar caminhos para a coesão entre diferentes campos do conhecimento relacionados ao planejamento urbano e a reabilitação de espaços públicos para a cidade segura, destacando a importância da participação ativa da cidadania neste processo.

Os objetivos específicos foram:

- Promover o uso seguro e sustentável de ambas praças;
- Identificar fatores urbanísticos e arquitetônicos que afetassem a convivência nas praças;
- Melhorar o entendimento da população e profissionais de outras disciplinas sobre a relação entre desenho e forma do espaço e a percepção de segurança do usuário;
- Apontar soluções urbanísticas e arquitetônicas sustentáveis aos problemas diagnosticados.
- Promover a ampliação da escala de atuação entendendo as praças como parte de um todo maior e complexo.

Principais estratégias

A equipe de Urbanismo Comunitário recebeu um diagnóstico inicial sobre o bairro, feito no âmbito do Programa de Segurança Comunitária, contendo além das informações básicas sobre população e infra-estrutura de serviços urbanos públicos e privados, uma relação das associações e organizações não governamentais existentes no bairro, informes de resultados dos fóruns cidadãos e de profissionais atuantes, pesquisas sobre qualidade do espaço público no bairro, percepção da segurança e vitimização. Este material serviu de base para a proposta metodológica e apontou os principais itens a serem observados em campo. A equipe elaborou então uma pesquisa complementar sobre os aspectos urbanísticos e bioclimáticos relevantes à escala urbana e local, como por exemplo mapas de sombras incidentes nas praças nas quatro estações do ano.



Nas primeiras visitas de reconhecimento e levantamento de dados físicos, se observou que embora o material recebido apontasse majoritariamente aspectos geradores de insegurança nas praças, estas possuíam qualidades potencialmente muito favoráveis à vitalidade urbana e à sensação de segurança, como por exemplo a variedade de usos, de atividades, de faixa etária dos usuários e de grupos sociais. Desta maneira a identificação dos fatores geradores de insegurança foi fundamental para o planejamento do trabalho de campo sobre fluxos, lugares e tempo de estância de diferentes grupos de usuários.

Foram observados e mapeados durante 8 horas do dia, em cada dia da semana, os principais percursos de pedestres nas praças segundo grupos de usuários. Com isso, se conseguiu um panorama mais claro das áreas não freqüentadas das praças, que foram identificadas com a presença de barreiras arquitetônicas, cantos mortos e ausência de atrativos. Pela análise da estância dos usuários e as atividades regularmente exercidas no local foi possível identificar as apropriações de determinadas áreas por grupos homogêneos e os principais pontos de conflitos de usos por atividades incompatíveis num mesmo espaço sem o tratamento arquitetônico adequado. Ou ainda a relação dos locais de estância e elementos arquitetônicos que acabavam conformando barreiras. Foi observado que alguns elementos construídos afim de impedir usos indesejáveis (como divisões em bancos para evitar que se deite), em algumas circunstâncias podem resultar desagradáveis para o uso em geral, e o esvaziamento destas áreas ou equipamentos acabou gerando a apropriação justamente pelos grupos que pretendiam repelir. Outro caso observado foi a existência de uma pérgula para sombreamento em uma das praças, (petição de vizinhos executada pela municipalidade) que devido ao seu desenho gerou espaços desagradáveis, com bancos desconfortáveis e confinados, situação que fez com que o espaço fosse usado prioritariamente por moradores de rua ou grupos jovens buscando isolamento. Melhorias propostas para a funcionalidade do espaço como por exemplo rampas de acessibilidade, muitas vezes podem gerar novos problemas, como foi o caso da praça *La Corrala*, onde a rampa executada conformou uma barreira visual tão grande que acabou sendo uma área inutilizada e sem visibilidade, acabando assim com a relação entre a rua e a praça. A acessibilidade é um importante item a considerar em projeto, mas deve ser cuidadosamente estudado para que represente um ganho para todos ao invés de agravar problemas de convivência.

A participação da população se deu na fase inicial, quando da elaboração do diagnóstico local e nos Fóruns de discussão com profissionais e especialistas, que por meio da troca de experiências e vivências, se construíram valiosas diretrizes para a identificação da necessidade de analisar as características físicas do espaço antes de propor uma reforma.

O planejamento e desenho arquitetônico do espaço, feito sob medida para a problemática local foi o principal fator de sustentabilidade proposto neste projeto. Outro fator também importante referente à sustentabilidade foi a introdução de um módulo no programa formativo para os profissionais da segurança e trabalho social, dedicado ao desenho de espaços urbanos seguros.

Resultados

De um modo geral muitos dos problemas apontados nos diagnósticos populares sobre o local foram facilmente identificados com a forma do espaço.

A apresentação detalhada dos resultados nos grupos de trabalho e no fórum participativo do Programa de Segurança Cidadã gerou um melhor entendimento por parte de todos sobre toda a problemática, ajudando a desmistificar barreiras sócio-culturais e valorizar a importância do planejamento e desenho do espaço.

Os profissionais, usuários e vizinhos participantes do trabalho, entenderam que não foram considerados critérios de desenho seguro (CPTED por exemplo) no projeto original de nenhuma das três praças, e passaram a compreender e valorizar estes aspectos.

Após a apresentação da análise completa, relacionando dados do diagnóstico social e arquitetônico, houve maior entusiasmo e disposição por parte de todos para a participação numa possível reforma das praças.

A importância do conforto ambiental na escala urbana e local foi melhor compreendido e valorizado pelos participantes após a conclusão do diagnóstico.

Desafios

- Embora a proposta de análise dos espaços tenha surgido dentro do processo participativo do programa de segurança cidadã, não estava previsto inicialmente, o que fez com que ao final do diagnóstico se parasse o processo para buscar a captação de verba para a reforma do espaço. As burocracias e o prolongamento da espera geraram descrédito por parte dos envolvidos, desestimulando participação e envolvimento na seqüência deste mesmo projeto e possivelmente em projetos futuros.
- Prática freqüente de medidas restritivas (valas, grades, barreiras, câmeras) no desenho e construção de espaços urbanos conflitivos, sem considerar medidas alternativas para favorecer a convivência.
- Desconhecimento ou não utilização dos conceitos e estratégias de desenho para o projeto de espaços urbanos seguros por parte de muitos arquitetos e urbanistas.
- Desconhecimento dos conceitos e ferramentas para o projeto de espaços urbanos seguros por grande parte dos profissionais das várias áreas do conhecimento relacionadas ao planejamento urbano. Estes profissionais, assim como a comunidade, tem um importante papel na interlocução com os profissionais de arquitetura e urbanismo.

4. Espaços urbanos seguros no Brasil

Foram levantadas algumas experiências brasileiras de intervenção no espaço urbano. Não é possível afirmar, contudo, que todas elas tenham como foco principal a criação de espaços seguros, mas elasaju-



dam a conhecer o cenário desse tipo de intervenção na realidade brasileira, assim como apontam quais os principais avanços e desafios na temática dos espaços urbanos seguros no país.

As experiências descritas são as seguintes: Programas Espaços Urbanos Seguros – Jogos Panamericanos – Rio de Janeiro; Projeto Praças da Paz Sulamerica – São Paulo; Prometropole – Recife e Olinda.

1. PROGRAMA ESPAÇOS URBANOS SEGUROS – JOGOS PANAMERICANOS – RIO DE JANEIRO¹¹

Conceito

O Programa Espaços Urbanos Seguros foi desenvolvido no âmbito da Cooperação Técnica entre o Programa das Nações Unidas – dos Projetos Especiais (COPROE) e a Secretaria Nacional de Segurança Pública (Ministério da Justiça) que implementou o *Projeto Medalha de Ouro: Construindo Convivência e Segurança* para desenvolver as ações de Segurança Pública dos Jogos Pan-americanos e Parapan-americanos Rio 2007. O projeto foi composto por 9 programas e, dentre eles, o Espaços Urbanos Seguros.

O objetivo geral do projeto Medalha de Ouro foi aproveitar o poder simbólico e mobilizador dos Jogos Pan e Parapan-americanos para desenvolver um plano integrado, voltado a melhorias sustentáveis nas condições de vida na cidade do Rio de Janeiro, por meio da concepção de Segurança Cidadã. Dentro deste objetivo, foi implementado o programa Espaços Urbanos Seguros, uma ação do Programa Nacional de Segurança com Cidadania.

O Programa Espaços Urbanos Seguros tem as seguintes matrizes de referência: participação da comunidade; estudo do ambiente; integração com outras ações do Pronasci; articulação com a rede de garantias de direitos da região; capacitação da comunidade; e sustentabilidade na construção e utilização do ambiente.

Resumo e alguns resultados

O objetivo geral do Programa Espaços Urbanos Seguros no Rio de Janeiro foi requalificar áreas identificadas como locais inseguros pela presença ou proximidade de atividades criminosas por lideranças comunitárias das principais comunidades que concentraram os eventos esportivos (Complexo da Maré, Complexo do Alemão e Cidade de Deus). Para essa requalificação foram implementados três eixos de atuação:

Capacitação em Gestão e Desenho Urbano – realização de um curso de “Gestão e Desenho Urbano” para 150 lideranças comunitárias (que já haviam sido formadas em um curso de “Resolução Pacífica de Conflitos”) com o objetivo de lhes fornecer instrumentos para definir intervenções no espaço urbano mais adequadas às suas necessidades e à promoção de segurança, por meio de ações de planejamento urbano. A conclusão do curso foi marcada pela elaboração de projetos de intervenção urbana pelas lideranças em suas comunidades.

11 Descrição da experiência baseada no Relatório Final do Projeto Medalha de Ouro: Construindo Convivência e Segurança. Ministério da Justiça, SENASP. PRODOC BRA 06/019, Brasília, DF, Maio de 2008.

O curso foi realizado pela Central Única de Favelas – CUFA e foram formadas 132 lideranças comunitárias, sendo que 71 apresentaram seus projetos e participaram do consenso final para definir e adequar o projeto de maneira a torná-lo apto a ser executado.

Capacitação em Técnicas Construtivas – capacitação de 1.000 jovens e adultos de 18 a 45 anos, moradores das comunidades cariocas, do entorno do circuito dos Jogos Pan-americanos, em técnicas de construção civil para prestarem serviços em adequações que contribuíssem para a estética e segurança nos espaços urbanos da cidade do Rio de Janeiro, especialmente no entorno das áreas dos Jogos Pan-americanos.

A capacitação foi realizada pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – Sistema FIRJAN do Estado do Rio de Janeiro (SENAI/FIRJAN). Ao total foram inscritos 1069 alunos e 749 alunos concluíram o curso e foram capacitados entre os oito cursos oferecidos.

Os cursos oferecidos foram os seguintes: Pedreiro/estucador/ladrilheiro; Armador; Carpinteiro de formas; Básico de instalações hidráulicas; Pintor; Elementos de eletrotécnica e instalações elétricas; Sistema de construção à seco; e Mestre de obras.

Execução das Adequações Urbanísticas

Após a apresentação dos projetos de intervenções urbanísticas em suas comunidades pelas lideranças formadas no curso Gestão e Desenho Urbano, foram escolhidos 30 projetos para serem executados, dos quais 29 foram implementados. Os projetos selecionados seguiram critérios (normas e recomendações de desenho) de prevenção da violência e da criminalidade, levando-se em consideração a necessidade local, contando sempre com a participação direta da população.

A maior parte dos projetos se caracterizou por melhorias de espaços já existentes, tais como quadra e parquinho para crianças ou somente quadra e, em outros casos, a construção de praças ou quadras em terrenos vazios ou subutilizados.

Principais estratégias

Para a escolha dos territórios que receberam o programa, foram feitas visitas às comunidades do entorno das instalações do Pan pela equipe do projeto para verificar as condições de moradia, além de contatos com organizações governamentais e não-governamentais com a finalidade de conhecer seus projetos e verificar se poderiam se adequar e integrar às atividades do programa Espaços Urbanos Seguros.

Durante todo o processo de implementação foram realizadas reuniões com as lideranças comunitárias que auxiliaram nos ajustes e correções de rumo para a execução do Programa. A execução dos projetos de intervenção urbana foi marcada pela gestão comunitária por meio de um o Comitê de acompanhamento

A definição dos territórios considerou a percepção de insegurança por parte das lideranças. Alguns dos resultados apontam que houve melhoria na sensação de insegurança em algumas das comunidades, por exemplo, houve casos em que o local que recebeu a intervenção deixou de ser local de



abandono de carros roubados, em que houve diminuição de roubos e, ainda, que a iluminação deixou os moradores mais seguros.

Desafios

Os principais desafios do Programa foram os seguintes:

- Dificuldade na elaboração do material didático para o curso de Gestão em Desenho Urbano: para a implementação do Programa Espaços Urbanos Seguros, foram buscados subsídios na experiência das Obras com Saldo Pedagógico de Bogotá/Colômbia que obteve resultados na redução dos índices de violência. Assim, a elaboração do material didático para capacitação em gestão em desenho urbano foi, em parte, baseada na metodologia utilizada na Colômbia. Entretanto, em razão das peculiaridades brasileiras, alguns pontos não se adequaram aos objetivos e cronograma do programa o que gerou déficit de conteúdo no material didático, que precisou ser sanado pela contratação de consultores específicos para essa elaboração de conteúdo
- Dificuldade para selecionar os projetos de intervenção urbana que seriam executados: as lideranças comunitárias não se sentiram contempladas pela escolha final dos projetos que seriam executados. A construção e aplicação de critérios para a priorização dos projetos ocorreram quando estes já estavam confeccionados, o que frustrou a expectativa de seus autores. Em uma nova experiência este consenso poderia ser produzido antes (e não somente no final do curso, depois que todas as lideranças haviam produzido os projetos), possibilitando, ao final, uma discussão de prioridades centrada na qualidade e importância do trabalho feito, sem a desclassificação de nenhum deles.
- Baixa procura pelos cursos de Técnicas Construtivas oferecidos: dentre as principais dificuldades encontradas destacam-se as seguintes:
 - desinteresse por parte dos jovens por atividades da construção civil;
 - escolaridade abaixo da mínima exigida;
 - descrédito por parte das comunidades em programas de governo;
 - falta de divulgação;
 - ausência de documentos pessoais (carteira de identidade, CPF, certidão de nascimento), e;
 - violência urbana (criminalidade, tráfico de entorpecentes).
- Falhas arquitetônicas nas intervenções: foram relatados, por exemplo, falta de sombra nas áreas destinadas à recreação, falta de rede protetora nas quadras, ausência de vestiários e de equipamentos complementares, tais como pia e churrasqueira. Segundo Souza e Compans (2009), *“Outro aspecto crucial para a eficácia da estratégia de apropriação social dos espaços públicos é a sua qualidade ambiental. Na experiência carioca do PEUS, tal qualidade foi sobremaneira comprometida pela precariedade das soluções projetuais apresentadas, revelando um repertório espacial/funcional limitado das intervenções”*. (p. 21)

2. PROJETO PRAÇAS DA PAZ SULAMERICA¹² - SÃO PAULO

Conceito

Trata-se de um projeto implementado pela organização não governamental Instituto Sou da Paz em parceria com a Sulamerica Seguros em três praças localizadas em regiões periféricas da cidade de São Paulo. Seu objetivo é revitalizar as praças, aumentando a sensação de segurança da comunidade do entorno, contribuindo para a prevenção da violência, fomentando a participação social, o uso e ocupação dos espaços reformados por parte da comunidade.

O projeto se baseia nos seguintes princípios:

- Participação da comunidade como central do processo de revitalização do espaço;
- Consideração das características locais para promover qualquer atividade do projeto;
- Promoção da ocupação democrática do espaço após sua reforma, possibilitando e estimulando a convivência entre públicos diversos;
- Não aceitação da violência como forma de resolver conflitos;
- Comunidade como sujeito de direitos, capaz de ter autonomia na tomada de decisões.

Resumo

O projeto teve a duração de quatro anos, entre 2007 e 2010, divididos entre:

- A seleção das praças: foram selecionadas três praças da cidade de São Paulo, localizadas em bairros periféricos e que concentram altas taxas de criminalidade (especialmente homicídios), Brasilândia, Grajaú e Lajeado. A metodologia do projeto procura trabalhar com o público jovem, maior vítima e autor dos homicídios;
- A motivação e mobilização da comunidade do entorno das praças para participar do projeto, por meio de encontros e visitas informais, assembleias comunitárias e atividades culturais e esportivas, com o objetivo de conhecer o envolvimento da comunidade com o espaço e estimular a participação no planejamento e desenho da reforma da praça, bem como no planejamento e execução de atividades de ocupação do espaço;
- A reforma das praças, a partir da construção coletiva do projeto de reforma, de forma a incorporar as demandas e desejos da comunidade local;
- A consolidação da gestão das praças por meio de assembleias comunitárias que procuraram contribuir para a convivência com as diferenças e a diversidade, auxiliando os moradores nas tomadas de decisões, sempre valorizando a resolução pacífica de conflitos;
- O investimento na autonomia da comunidade do entorno, por meio do estímulo à realização de parcerias entre a comunidade, as organizações locais e o poder público.

¹² Descrição da experiência baseada no texto: "Experiencia local: Plaza de Paz Sulamerica", publicado no Boletín Más Comunidad, Más Prevención, número 14, julho de 2012, Instituto de Asuntos Públicos, CESC, Universidad de Chile.



Principais estratégias

Após a definição das praças que receberiam o projeto, foi feito um diagnóstico de marco zero que produziu dados primários sobre as praças, tais como parcerias existentes entre o poder público e a comunidade no entorno das praças, nível de mobilização comunitária local, existência de grupos juvenis, participação dos jovens nos espaços institucionais de participação, participação de jovens na gestão da praça, sensação de insegurança. Entre outros pontos, o diagnóstico de marco zero levantou que não havia normas coletivas que organizassem o uso das praças e também que os espaços eram percebidos como inseguros pela comunidade. O marco zero serviu de base para a avaliação do projeto após sua finalização.

A participação da comunidade se deu em todas as etapas do projeto, sem exceção. Após a seleção das praças, os moradores do entorno foram convidados a participar de assembleias comunitárias periódicas para discutir sobre as diferentes aspirações para o futuro espaço, para construir o projeto arquitetônico das praças e planejar ações culturais e esportivas realizadas no espaço mesmo antes da reforma.

A sustentabilidade dos espaços foi marcada pela consolidação da gestão participativa. No entanto, contrariando as expectativas iniciais do projeto, essa gestão não se deu de forma institucionalizada por meio de um conselho ou algum outro tipo de colegiado, mas sim por meio do apoio proporcionado à comunidade para desenhar e executar diferentes atividades nas praças, para realizar parcerias com entidades locais, poder público e outros parceiros potenciais, para buscar recursos e os gerir de maneira adequada e para conduzir e mediar reuniões comunitárias capazes de contribuir para a resolução dos conflitos de forma pacífica.

Resultados

- Fortalecimento do diálogo como instrumento de mediação de conflitos;
- Significado da praça como polo de lazer e convivência;
- Aumento da participação feminina nas atividades de ocupação da praça, contribuindo para a diversidade no uso do espaço;
- Disseminação da metodologia do projeto para a Secretaria de Habitação da cidade de São Paulo.

Desafios

• Relação com o narcotráfico e políticos locais: as relações com o narcotráfico se dão de forma complexa e contraditória nas áreas do projeto, ao mesmo tempo em que gera temor e medo na população, acaba contribuindo para certa “ordem” e apoiando ações e atividades de grupos locais, esse apoio se dá também por parte de políticos locais de forma clientelista. Para superar esses desafios, o projeto procurou recuperar e reforçar de diferentes maneiras a presença do estado;

• Relação entre a comunidade e a polícia: há muita desconfiança e pouca aproximação entre a polícia e as comunidades locais e esse afastamento se dá de parte a parte. Para lidar com esse desafio, o projeto buscou um contato mais institucional desenvolvendo atividades conjuntas com a polícia da região, além de

atividades de dia a dia, entre policiais locais e a comunidade. Além disso, o projeto buscou também informar à comunidade sobre os canais de denúncia de abusos cometidos pelos policiais;

- Infraestrutura do bairro e manutenção dos espaços: ainda que a comunidade se responsabilize pela limpeza e manutenção do espaço, a responsabilidade principal por esse trabalho é da prefeitura, que acaba não realizando tal tarefa de forma diligente, deixando as praças descuidadas. Para dar conta deste desafio o projeto procurou orientar e formar a comunidade sobre a responsabilidade do poder público, munindo-a de ferramentas para cobrar de forma mais eficiente essa responsabilidade;

- Diferentes percepções sobre segurança: embora o projeto tenha fomentado a ocupação dos espaços, muitas vezes essa ocupação pode gerar insegurança para diferentes grupos. Por exemplo, a presença de jovens pode gerar medo em pessoas idosas. Por isso, o projeto buscou trabalhar a importância da diversidade e da convivência.

3. PROMETROPOLE¹³

Resumo

O Programa de Infra-Estrutura em Áreas de Baixa Renda da Região Metropolitana do Recife (RMR) - PROMETRÓPOLE é uma iniciativa do Estado, executado pela Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas - CONDEPE/FIDEM, em cooperação com a Companhia Pernambucana de Saneamento - COMPESA e com entidades da administração direta e indireta das Prefeituras de Recife e de Olinda.

O Programa buscou melhorar as condições de habitabilidade e de desenvolvimento comunitário das comunidades na área da Bacia do rio Beberibe, contribuindo para a redução da pobreza e para a melhoria da qualidade ambiental da Região Metropolitana do Recife.

O programa tinha como meta implementar ações integradas de infra-estrutura urbana (água, esgoto, resíduos sólidos, drenagem, sistema viário, equipamentos sociais e de lazer, entre outros), ampliação e melhoria dos serviços públicos prestados a essas comunidades e ampliação dos mecanismos de regularização fundiária. Estava prevista, ainda, a implantação de equipamentos de uso coletivo e de caráter metropolitano, tais como: Parque nas Margens do Rio Beberibe, Parque Beberibe, Parque Nascedouro de Peixinhos e a implantação de vias coletoras a exemplo, da Avenida professor José dos Anjos, que margeia o Canal do Arruda – Vasco da Gama.

O prazo para a execução do PROMETRÓPOLE era de cinco anos, contados a partir de julho de 2003, quando foi assinado o Acordo de Empréstimo com o Banco Mundial – BIRD.

Principais estratégias

O Prometrópole seria implementado através de um conjunto de ações agrupadas em três componentes:

13 Descrição baseada no website da Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco - CONDEPE/FIDEM. <http://200.238.107.83/web/condepe-fidem/apresentacao11>, acessado em 13 de dezembro de 2012.



- I. InfraEstrutura em Áreas de Baixa Renda (abastecimento de água, esgotamento sanitário, coleta de lixo, drenagem, arruamento, pavimentação etc.);
- II. InfraEstrutura Metropolitana Complementar (estações de tratamento de esgoto, aterros sanitários, equipamentos sociais etc.); e,
- III. Estudos e Desenvolvimento Institucional e Comunitário (melhoramento da capacidade das instituições públicas e das organizações comunitárias, para implementar ações integradas de infra-estrutura urbana e prover os serviços públicos nas áreas de baixa renda).

Resultados

Melhoria da Infra-Estrutura Supra-Local na Bacia do Beberibe:

- Implantação do Sistema Viário Supra-Local na Bacia do Beberibe;
- Melhoria do Abastecimento d'Água nas áreas do Programa;
- Implantação de Macro Drenagem nas áreas do Programa;
- Implantação do Parque Nascedouro de Peixinhos;
- Implantação do Parque Beberibe.

Melhoria da Infra-Estrutura Local em Áreas de Baixa Renda:

Implantação de Infra-Estrutura Urbana Integrada nas UEs 04, 08, 17, 19, 20, 21 e 23-Campo Grande (Recife) e nas UEs 07, 12, 13, 15 e 17-Passarinho (Olinda), tais como de:

- Melhoria dos acessos (abertura e melhoria de vias, escadarias e vias de pedestre);
- Micro drenagem;
- Implantação e recuperação de redes d'água e esgoto;
- Iluminação pública;
- Melhoria dos Sistemas de coleta de resíduos sólidos;
- Implantação e reabilitação de praças/espços livres para atividades comunitárias e de lazer;
- Reassentamento;
- Contenção de encostas;
- Implantação de equipamentos sociais (ampliação de escolas, creches, posto de saúde, terminal de ônibus, posto policial entre outros).

5. Considerações finais

O resumo das principais teorias e as experiências apresentadas ajudam a conhecer o estado das artes em matéria de desenho urbano como estratégia de prevenção da violência e de segurança cidadã nos âmbitos internacional e nacional. No entanto, é importante apresentar algumas reflexões

sobre essas experiências, a fim de oferecer uma contribuição mais analítica sobre os aprendizados, seus êxitos e desafios.

LIÇÕES APRENDIDAS DAS EXPERIÊNCIAS DE OUTROS PAÍSES

Sobre as diversas experiências internacionais relatadas neste documento é possível destacar algumas diferenças e semelhanças notáveis.

A maior diferença se observa em relação aos desafios da segurança cidadã nos países do hemisfério norte e sul. Enquanto nas experiências norte americanas e europeias os desafios se centram na assimilação dos critérios de desenho do espaço em suas diversas escalas e na integração da arquitetura e urbanismo com os profissionais da segurança, nas experiências latinas, a persistência de problemas estruturais como as desigualdades sócio territoriais, a falta de moradia digna ou infra-estrutura urbana, fazem com que o desenho seja uma ferramenta de segunda ordem, chegando ao final dos processos.

Mesmo se analisarmos o caso do Chile, por exemplo, que já tem o CPTED num estágio mais avançado em relação à Colômbia (ambos países latinos e que apresentam realidades muito diferentes quanto à criminalidade), o que se observa é uma relação do tipo “*top-down*”, onde a iniciativa de utilizar os métodos de segurança sustentável parte de esferas de governo ou até mesmo do âmbito da cooperação internacional para então levar a necessidade à população. No caso dos Estados Unidos se observa justamente o contrário, a população já conta com políticas e obras desenvolvidas para satisfazer suas necessidades básicas, e se organiza em torno a temas que julgue relevantes e inovadores para a consolidação da cidadania, como é o caso dos *CPTED Committee* citados, e então governos e polícia assumem a demanda até chegar a convertê-la ou incluí-la em programas e leis, num verdadeiro processo “*bottom up*”.

Neste mesmo cenário, o papel da polícia também apresenta diferentes matizes. Nos países latinos, com tradições de aplicação de métodos policiais e penais dissuasórios para garantir a paz, a polícia tradicionalmente assume este rol, e resulta difícil que a iniciativa de liderar programas de transformação de Espaços Seguros parta dela, sendo necessária a intermediação de políticas específicas para seu envolvimento. Já nos países anglo-saxões, onde a polícia tradicionalmente atende as necessidades da população para garantir o bem estar, acontece muitas vezes da própria polícia tomar a iniciativa de levar a cabo iniciativas relacionadas às melhoras do espaço construído.

O envolvimento de arquitetos e planejadores urbanos também é notavelmente distinto entre os diferentes grupos de países, provavelmente pelas mesmas razões já mencionadas à respeito da importância do desenho em umas ou outras sociedades. O caso da Holanda talvez seja o mais emblemático, pela abordagem da segurança do espaço de forma tão estrutural e integrada ao desenvolvimento urbano, a ponto de não reconhecer oficialmente um edifício como seguro caso não seja contextualizado em um entorno que



favoreça a convivência e a igualdade de oportunidades. E chegando a esta premissa, forma agentes policiais para compreender o desenho urbano e arquitetônico e serem capazes de avaliar e propor alternativas a estes projetos em conjunto com os arquitetos.

No entanto, se observa uma interessante e inovadora tendência na experiência de Medellín de integração entre desenvolvimento urbano (moradia, infra-estruturas, etc) e as políticas de espaços seguros, uma vez que se assume dentro do programa de planejamento urbano o papel essencial do espaço público como legitimador da cidadania e da segurança como legitimadora da liberdade para usufruir da cidade. Uma lição para ser aprendida e replicada nas cidades brasileiras que experimentam um momento de notável investimento em urbanização.

A experiência em Puente Alto no Chile ensina outra lição importante quando define as áreas de atuação do programa de revitalização dos espaços públicos. Define um primeiro grupo segundo o grau de vulnerabilidade, e um segundo pelo potencial de transformação (Las Granjas Antiguas). O potencial de transformação urbana pode representar um precioso valor de motivação para outras iniciativas. E se mais uma vez compararmos com o momento pelo que as grandes cidades brasileiras estão passando, podemos afirmar que a urbanização de assentamentos informais pode significar ambas as coisas: trabalhar vulnerabilidades e oportunidades de mudanças de paradigmas urbanos. Assim, poderemos aproveitar as necessidades e a iminência da transformação para implantar de forma definitiva a cultura de paz e a cidadania.

LIÇÕES APRENDIDAS DAS EXPERIÊNCIAS NACIONAIS

É possível afirmar que ainda há poucas experiências de espaços urbanos seguros no Brasil. A análise das descritas no presente texto permite extrair alguns pontos de reflexão como aprendizado para futuras intervenções da mesma natureza.

Um ponto que se destaca é a necessidade de se avançar na capacidade de realizar diagnósticos que considerem de forma explícita a segurança cidadã, desmembrada em elementos tais como: públicos mais vulneráveis, tipos de crimes mais recorrentes, sensação de segurança e insegurança e elementos arquitetônicos que facilitam a ocorrência de delitos. Parte das experiências apresentadas realizou tal diagnóstico, mas falta, sobretudo, a elaboração de um estudo inicial, quantitativo e qualitativo, que tenha como foco específico a temática da segurança. É possível lançar mão de técnicas específicas de análise, tais como pesquisas de vitimização, levantamentos sobre percepção de segurança e insegurança (incluindo recorte de público), análises criminais e estudo arquitetônico.

Em relação à análise sobre percepção de segurança e insegurança, fundamental para levantar quais os elementos que tornam o espaço inseguro para a comunidade, destaca-se a importância de conhecer tais elementos em função dos diferentes públicos (jovens homens e mulheres, adultos homens e mulheres, crianças, idosos), já que nem sempre um mesmo fator gera insegurança para pessoas distintas. É muito

comum que idosos e jovens, por exemplo, tenham percepções diferentes do que causa insegurança. O diagnóstico inicial precisa trabalhar com esses elementos. Sendo que ao longo da intervenção urbana será necessário trabalhar com essas diferentes percepções para que barreiras e estereótipos sejam superados de forma a facilitar o uso do espaço por uma maior variedade de atores.

A participação e mobilização comunitárias estão presentes, de formas diferentes, em todas as experiências apresentadas. Envolver a comunidade desde o início dos projetos parece ser uma estratégia de sucesso, especialmente em relação à apropriação dos espaços durante e após a intervenção, contribuindo para sua sustentabilidade (ainda que não garanta automaticamente essa sustentabilidade). Portanto, fica claro que investir na mobilização da comunidade, para a realização do diagnóstico, para definir as intervenções arquitetônicas a serem realizadas, para a própria execução dessas intervenções e, sobretudo, para garantir o uso e ocupação do espaço é uma estratégia acertada e que contribui para a sustentabilidade dos espaços revitalizados.

Outro ponto que se destaca nas experiências apresentadas, é a estratégia de ocupação dos espaços composta por diferentes atividades, que possam envolver diferentes públicos, atingindo prioritariamente o público mais vulnerável à violência identificado pelo diagnóstico inicialmente realizado. Essa parece ser uma forma interessante de contribuir para que os espaços sejam utilizados após a intervenção urbana realizada. Se há um plano de atividades que começou a ser implementado mesmo antes da reforma, possivelmente o espaço ganhou novo significado para a comunidade, que vai seguir utilizando-o e, assim, é possível que a sustentabilidade das intervenções urbana se dê, ainda que seja preciso que o poder público também se responsabilize pela manutenção do espaço, sempre em parceria com a comunidade que se sentirá corresponsável.

Embora parte das experiências se caracterize como experiências que buscam construir espaços seguros, não há em nenhuma delas investimento real em técnicas arquitetônicas que possam contribuir para a segurança do local. Mesmo nos diagnósticos realizados não se vê a análise do espaço e sua relação com a segurança/insegurança do ponto de vista urbano e arquitetônico. E esse é um importante desafio: não considerar os recursos arquitetônicos como “perfumaria”, mas como algo essencial à intervenção urbana que se vai implementar. Para tanto pode ser interessante basear-se mais profundamente em algumas das teorias sobre espaços seguros mencionadas anteriormente, sendo imprescindível que arquitetos e urbanistas façam parte das equipes que projetarão os espaços.

Tanto em relação ao diagnóstico, quanto em relação às técnicas urbanísticas e arquitetônicas para a construção de espaços seguros, parece haver déficit de pessoal técnico qualificado na gestão dos projetos. Formar gestores especializados nessas temáticas parece ser outro desafio. Ainda em relação à formação, verifica-se nas experiências o investimento em formação da comunidade, tanto para se envolver e contribuir diretamente para o planejamento das intervenções, como para obter uma qualificação que possibilite maior inserção no mercado de trabalho (por meio de capacitação em técnicas de construção). Especialmente a formação para compreensão das questões relativas ao espaço urbano e para o planejamento das intervenções urbanísticas, parece ser uma estratégia acertada.



Por fim, é possível observar também que quando há intervenções urbanísticas mais estruturais (construção de moradias, saneamento básico, outros), não se vê relação expressa com o tema da segurança. Tal relação se dá nos projetos e programas que executam intervenções mais pontuais nos espaços, tais como reformas de praças e quadras. Pode ser interessante inserir expressamente o tema da segurança nos programas que visam à construção/reconstrução de bairros.

6. Referências bibliográficas

ALONSO, R. SIQUEIRA, P. E TANESE, M. *Informe sobre factores de convivencia en las Plazas de Agustín Lara, Ministriles y La Corrala*. Programa Comunitário de Seguridad Ciudadana. IE University, Espanha, 2010

AMARO, M.A. *Arquitetura contra o crime: prevenção do crime através da arquitetura ambiental*. Rio de Janeiro: Marcos Antônio Amaro, 2006.

BENETTI, Pablo César. *Violência e projeto urbano em favelas*. Disponível em: http://www.vitruvius.com.br/arquitetos/arq048_00.asp

BORJA, J.; MUXÍ Z. *El espacio Público: Ciudad y Ciudadanía*. Editorial Electa. Barcelona, 2003.

Briefing on Canadá Safer Cities: www.unhabitat.org, acessado em 15 de dezembro de 2012

Cidade e espaços públicos. Cartilha Novas abordagens sobre prevenção da violência entre jovens. Instituto Sou da Paz, Fórum Brasileiro de Segurança Pública e Ministério da Justiça. São Paulo, 2010.
http://www.soudapaz.org/Portals/0/Downloads/Cartilha03CIDADES_FINAL.pdf

Construir Segurança: prevenção do crime através da concepção do espaço
<http://infohabitar.blogspot.com.br/2011/02/construir-seguranca-prevencao-do-crime.html>.

COZENS, P. *New Urbanism, crime and the suburbs: a review of the evidence.*, Urban policy and research, volume 26, nº4, Amsterdam.

CROWE, T. D. *Crime prevention through environmental design: applications of architectural design and space management concepts*. Butterworth – Heinman, Boston, 2000.

CROWE, T.D. *Crime prevention through environmental design: applications of architectural design and space management concepts*. Massachussets: Stoneham, Butterworth-Heinemann, 1999.

FERNANDES, L.F. “*Jacobs, Newman e C. Ray Jeffery. Contributos para a prevenção da criminalidade*”. In *Urbanismo Segurança e Lei*. Tomo I. Edições Almedina, Coimbra, 2007.

FRUHLING, H. E GALLARDO, T. *Programas de seguridad dirigidos a barrios en la experiencia chilena reciente*. Número especial “Violencia en barrios en América Latina”, revista INVI, nº 74, Chile, 2012.

GANDARILLAS, M. *Proceedings of the International Congress on Public Safety in a Diverse Society October, 19th-22nd, 2011*. IE University. Ed. Cultivalibros. Espanha, 2011

GUERRERO, R. *Programa Desarrollo, Seguridad y Paz, DESEPAZ, de la Ciudad de Cali*. Programa Municipales para La Prevención y Atención de la Violencia. IDB, Rio de Janeiro, Brasil, 1999.

GUERRERO, R. *Violence Prevention - Technical Note 8: Violence Control at the Municipal Level*. Sustainable Development Department, IDB, Washington, D.C, 1999.

General Guidelines for Designing Safer Communities. City of Virginia Beach’s CPTED Comitee. EUA, 2000.

Guia Espaços Urbanos Seguros: pertencimento, identidade e apropriação. Coordenação Geral de Ações de Prevenção em Segurança Pública, Departamento de Políticas, Programas e Projetos, Secretaria Nacional de Segurança Pública, Ministério da Justiça, Brasil. 2011.

HEITOR, T. *Insegurança em meio urbano: o espaço na medição de oportunidades delituosas*. Revista Psicologia volume XXI, nº2, págs.31 a 44, Lisboa.

KORTHALS ALTES, H. J. E WOLDENDORP, T. *Handboek Politiekeurmerk Veilig Wonen*. Rotterdam: Stuurgroep Experimenten Volkshuisvesting, Rotterdam (Manual Secured by Design. Rotterdam: Experiência em Direção Habitacional). Holanda, 1994.

Laboratorio de Medellín, informe de 10 practicas vivas. Alcaldía de Medellín e UN-HABITAT. Colômbia, 2011

Manual de Espacios Urbanos Seguros. Governo do Chile e Fundación Paz Ciudadana. Chile, 2004.



Medellín Transformacion de Uma Ciudad. Banco Interamericano de Desarrollo, BID, Alcaldía de Medellín 2008/2011

NEWMAN, O. *Creating Defensible Space*, Center for Urban Policy Research Rutgers University, U.S. Department of Housing and Urban Development Office of Policy Development and Research. EUA, 1996.

NYGAARD, P.D. *Espaço da cidade, segurança urbana e participação popular.* Livraria do Arquiteto, Porto Alegre, Brasil, 2010.

Programa Comuna Segura <http://habitat.aq.upm.es/dubai/04/bp2609.html>, acessado em 10 de dezembro de 2012.

RAU, M. *Prevención del crimen mediante el diseño ambiental en latinoamérica. Un llamado de acción ambiental comunitaria* - CIUDAD Y SEGURIDAD EN AMÉRICA LATINA, 2005.

RAU, M. E STEPHENS, R. *Puente Alto. Informe sobre temor, espacio público e participación ciudadana.* Fundación Paz Ciudadana. Chile, 2002.

Relatório Final do Projeto Medalha de Ouro: Construindo Convivência e Segurança. Ministério da Justiça, SENASP. PRODOC BRA 06/019, Brasília, DF, Maio de 2008.

RICARDO, Carolina M., ROA, Felipe A. C., RECHEMBERG, Ligia, MELLO, Ricardo. *Experiencia local: Plaza de Paz Sulamerica*, In: Boletín Más Comunidad, Más Prevención, número 14, julho de 2012, Instituto de Asuntos Públicos, CESC, Universidad de Chile.

SABOYA, Renato. *Segurança nas cidades: Oscar Newman e os espaços defensáveis.* Disponível em www.urbanidades.arq.br. Acesso em 05/08/2012.

SABOYA, Renato. *Segurança nas cidades: Jane Jacobs e os olhos da rua.* Disponível em www.urbanidades.arq.br. Acesso em 05/08/2012.

VELÁSQUEZ, H.A. *Como Bogotá pudo mejorar su seguridad*

Exsubsecretario de seguridad de Bogotá

Secured by Design www.securedbydesign.com, acessado em 15 de dezembro de 2012.

SHAFTOE, H. *Convivial Spaces*. Editora Earthscan. London, 2008.

SOUZA, M.J.N.,COMPANS, R. *Espaços urbanos seguros – a temática da segurança no desenho da cidade*, Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, Publicação semestral da ANPU, Volume 11, número 1, maio de 2009.

UN-HABITAT por ciudades más seguras 1996-2007. The United Nations Human Settlements Programme, UN-HABITAT, is the United Nations agency for human settlements.

WEKERLE, G. *From Eyes on the Street to Safe Cities*. Revista Places, nº13, College of Environmental Design, UC Berkeley. EUA, 1999







NOTA TÉCNICA

ESTUDO CONCEITUAL SOBRE OS ESPAÇOS URBANOS SEGUROS





Gestão e
disseminação
de dados na
**Política Nacional de
Segurança Pública**

Parceria

Secretaria Nacional de
Segurança Pública

Ministério da
Justiça

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAIS RICO E PAIS SEM POBREZA

 **FÓRUM BRASILEIRO DE
SEGURANÇA PÚBLICA**

